

ESTUDO DA REDE DE COMUNICADORES WAYURI

especialização e territorialidades construídas a partir da
comunicação popular

Jéssica Cristina Lozovei

Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade do Paraná.
E-mail: jessicalozovei@gmail.com

Resumo: Neste artigo discorre-se sobre experiências da comunicação comunitária no município de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas) e região, mais especificamente da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro Wayuri, que produzem mensalmente o boletim de áudio Wayuri. Compreende-se que a comunicação popular é aquela que fala a partir dos grupos marginalizados socialmente, sendo importante para a luta e resistência desses coletivos. Para construir este trabalho foi feita uma sistematização dos podcasts referentes ao primeiro ano de produção da Rede de Comunicadores, entre 2017 e 2018, dando ênfase aos temas abordados por eles, línguas, etnias e análise qualitativa de tais temáticas. Compreendendo a importância da questão territorial que se constrói com os povos e comunidades tradicionais, há uma pluralidade nesses espaços, assim como singularidades, desigualdades, identidades e diferenças. Assim, foi realizado o mapeamento dos resultados obtidos pela sistematização sendo feita a análise espacial dos mesmos, a fim de permitir discussões e melhor compreensão sobre as territorialidades existentes e vivenciadas pelos povos indígenas da região.

Palavras-chave: Comunicação popular; Rede Wayuri; Comunicação Indígena; Podcast.

Resumen: Este artículo analiza las experiencias de la comunicación comunitaria en la ciudad de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas) y región, más específicamente de la Red de Comunicadores Indígenas del Río Negro Wayuri, los cuales producen el boletín de audio mensual Wayuri. Se entiende que la comunicación popular es aquella que habla desde grupos socialmente marginados, siendo importante para la lucha y resistencia de estos colectivos. Para la construcción de este trabajo se realizó una sistematización de los podcasts referentes al primer año de producción de la Red de Comunicadores, desde 2017 a 2018, enfatizando los temas abordados por ellos, idiomas, etnias y análisis cualitativa de estos temas. Entendiendo la importancia de la cuestión territorial que se construye con pueblos y

comunidades tradicionais, existe pluralidad en estos espacios, así como singularidades, desigualdades, identidades y diferencias. Así, se llevó a cabo el mapeo de los resultados obtenidos por la sistematización, realizándose un análisis espacial que permitió la discusión y un mejor entendimiento de las territorialidades existentes y que viven los pueblos indígenas de la región.

Palabras clave: Comunicación popular; Red Wayuri; Comunicación Indígena; Podcast.

INTRODUÇÃO

A comunicação popular e comunitária, desde a sua constituição, apresenta-se como uma importante ferramenta de luta e resistência na América Latina. Segundo Serpa (2011, p. 23), “os meios de comunicação podem servir de mediação para a concepção/enunciação de lugares a partir da ação e do discurso de diferentes grupos e iniciativas, portadores de ideias alternativas ou contra hegemônica de cultura”. Assim, a comunicação popular é uma forma de reivindicar direitos, pois fala a partir dos interesses dos marginalizados socialmente, sendo parte da luta e resistência desses grupos. A formação de coletivos e redes de comunicação têm sido importantes para contrapor perspectivas da mídia hegemônica, sobretudo no contexto indígena, onde há uma importância em defender o território, fortalecer as culturas e também (trans)formar as territorialidades.

Com as diversas tecnologias disponíveis, os comunicadores e comunicadoras populares se utilizam de diversos instrumentos, tais como rádios web e radiodifusão, televisão comunitária, podcasts, jornais impressos e/ou online, blogs, sites, etc. Em lugares mais distantes, com pouca acessibilidade em relação às telecomunicações, são usadas, também, as rádios postes, que muitas vezes são a única alternativa no contexto da organização popular. Para este trabalho, tem fundamental importância as experiências relacionadas à voz: seja por ondas de frequência com maior comprimento de onda, como a rádio, ou micro-ondas como as redes de internet.

Como destaque, para exemplificar algumas das diversas práticas existentes realizadas pelos povos indígenas no Brasil, está a rádio Yandê, que foi criada em novembro de 2013, no Amazonas, sendo fundada como a primeira web rádio indígena do país. Em 2017, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), iniciou-se o Programa Voz Indígena, apresentado desde então na Rádio UFSCar, com o objetivo de divulgar diversos temas com temáticas indígenas (LEETRA, 2017).

No mesmo ano, em 16 de março de 2017, foi criado o podcast feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), chamado “Copiô Parente”, apresentado pela

jornalista Letícia Leite, com notícias semanais sobre as políticas indigenistas realizadas em Brasília e no contexto nacional. Ademais, em maio de 2019, foi ao ar o podcast “Originárias”, feito para divulgar e dialogar sobre a música e arte dos povos originários da América Latina. O podcast foi apresentado pela Renata Tupinambá, uma das fundadoras e integrantes da Rádio Yandê, estando disponível para o público, tanto a partir de plataformas de streaming quanto pelo website da rádio.

Dentre essas diversas experiências, no final de 2017, formou-se a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro Wayuri, com sede no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A Rede é parte da forte resistência das comunidades da região, originada a partir de demandas das comunidades, do apoio do ISA e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Com a sua formação, teve início o boletim de áudio Wayuri, que foi o objetivo de interesse neste trabalho, disponibilizado a partir de redes sociais e da plataforma SoundCloud, com o objetivo de estar presente em regiões mais distantes e com pouca acessibilidade de internet. A Rede de Comunicadores possuía, até 2020, ao menos 18 integrantes ativos, ainda que constituída por indígenas de diversas etnias do Rio Negro.

Num contexto geográfico, São Gabriel da Cachoeira, localizado no Alto Rio Negro, possui indígenas de 22 etnias diferentes (ISA e FOIRN, 2005), e uma população estimada de 45.564 em 2019 (IBGE, 2019), distribuída entre sete Terras Indígenas (TIs): TI Alto Rio Negro, TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Balaio, TI Cué-Cué/Marabitanas, TI Rio Tea e a TI Yanomami, sendo considerada a cidade mais indígena do Brasil. Assim, delimitaram-se os objetivos deste trabalho, que foi compreender as territorialidades construídas a partir da comunicação comunitária, experiências culturais e geográficas, no município de São Gabriel da Cachoeira e adjacências, a partir do Boletim Wayuri.

Para isso, a metodologia se constituiu inicialmente da busca de literatura, seguida por escuta dos 12 primeiros podcasts produzidos pela Rede de Comunicadores, havendo sistematização dos temas, etnias e idioma falado pelos comunicadores, assim como uma identificação qualitativa desses conteúdos abordados. Com isso, se gerou mapas com a espacialização dessas temáticas, gráficos e nuvens de palavras que auxiliam a compreender os resultados. De modo geral, este trabalho visou ser mais um elemento para fortalecer e dar reconhecimento às práticas indígenas, tanto para a sociedade como de forma científica, refletindo assim as territorialidades indígenas dos povos em questão.

PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO E DO TERRITÓRIO

A comunicação popular é aquela produzida pelas comunidades e movimentos sociais, sendo criada a partir de demandas coletivas daqueles que são subalternizados pela sociedade. Assim, ela vai à contramão da mídia hegemônica e é usada para mostrar a realidade, o dia a dia e os embates feitos pelos indivíduos que a compõem. De acordo com Coutinho e Marino (2017), a mídia reafirma uma segregação histórica que já acontece com grupos que são marginalizados socialmente, reproduzindo o sistema capitalista e até mesmo sendo financiada por ele. Para Gianotti (2016), a comunicação popular e comunitária possui uma perspectiva de valores diferente daqueles que são defendidos pelo capital, pois busca emancipar, coletivizar e dar voz a esses agentes, levantando temáticas que são apagadas pela grande mídia. Ela está enraizada nos bairros e movimentos sociais, sendo um importante fator de transformação nos grupos em que está inserida.

De acordo com Serpa (2011, p. 35), esses comunicadores e comunicadoras constroem uma trajetória no tempo e espaço “enunciando lugares e subvertendo taticamente as estratégias hegemônicas de produção do espaço no mundo contemporâneo”. As diferentes motivações para a criação de um meio de comunicação não hegemônico são as mais diversas e, de acordo com Fedel (2013), esses coletivos usualmente se baseiam nos princípios de horizontalidade, autogestão, autonomia, independência política e financeira. Essas experiências, nas suas mais diferentes facetas, visam uma apropriação dos territórios em que estão inseridos, espaço onde há valorização dos modos de vida, culturas, línguas, danças, histórias e vivências.

As multidimensões dos territórios, segundo Saquet (2011), são apontadas como possibilidades de refletir sobre os fatores e elementos que promovem a multiplicidade e a heterogeneidade da vida cotidiana, fazendo da problemática territorial também uma problemática social-cotidiana. O território é plural, construindo então diversas territorialidades em si mesmo, a partir dos diferentes ritmos, desigualdades, diferenças e identidades existentes em cada um, segundo Saquet (2011). Ainda de acordo com o autor, a apropriação e demarcação desses espaços constituem um caráter de organização e militância política, que são transformadores e visam uma sociedade mais justa.

[...] nesse sentido, os movimentos sociais lutam contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida. As comunidades tradicionais organizam-se, ganhando

visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais (CRUZ, 2013, p. 126).

Questões territoriais não conferem apenas tensões territoriais, isoladas, mas, sim, tensões políticas, sociais, culturais, de diferentes escalas, como é o caso do que ocorre com os povos indígenas. É preciso compreender ainda que o território não é externo aos sujeitos, é a sociedade que o produz, abrangendo em si as suas contradições, e, assim, múltiplas territorialidades em potencial. Isso quer dizer que não há território instituído, uma vez que cada território, em sua singularidade, “é abrigo e proteção para os sujeitos que, por meio dele, se fazem a si mesmo” (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14).

Para os povos indígenas, a terra e o território são essenciais para reproduzir os seus modos de vida, pois é ali que acontecem as conexões com a natureza, os minerais e a Terra, dentro de diferentes cosmovisões de cada cultura, portanto, esses elementos são parte integrante da existência indígena (KRENAK, 2021). A partir das relações estabelecidas dentro do território e do pertencimento, acontece a construção da coletividade que, para Krenak (2021, p. 25), é “para além da experiência de responsabilidade social, responsabilidade com o outro, que é o que constitui cidadania, experiência de ser para nós [indígenas] implica uma filiação com diferentes potências da vida aqui na Terra”.

Em cada local ocupado há diferentes complexidades e especificidades da sociedade que ali está inserida, sendo dessa forma impossível imaginar um território desconectado com a sua territorialidade (FUINI, 2017). Para Little (2002), o conceito de povos (e comunidades) tradicionais contempla grupos sociais distintos que defendem seus territórios frente à usurpação de antagonistas, outros grupos ou mesmo do Estado. Ainda, na perspectiva do autor, “a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados mostram na atualidade” (LITTLE, 2002, p. 23). A partir dessa perspectiva se compreende a inserção, cada vez maior, dos indígenas na comunicação, pois a partir da midiática dentro dessas comunidades há um processo de ressignificação das dinâmicas territoriais, culturais e de identidade (PORTO, 2016).

A apropriação dos meios de comunicação acontece em grande escala na América Latina, apesar de haver diversos empecilhos legais, sociais e políticos que podem se apresentar aos integrantes dessas redes. De acordo com Monteiro (2009), a consolidação de rádios comunitárias, por exemplo,

fornece a ligação entre pessoas que saem de suas comunidades de origem, resgatando conceitos de identidade que poderiam facilmente ser extintos sem esse elo (MONTEIRO, 2009). Além disso, essas rádios são mediadoras da causa indígena, que além de se configurar entre a parcela mais pobre da população, precisa conciliar suas tradições ao mundo em desenvolvimento e capitalista, assim como lidar com as transformações econômicas e sociais.

No Brasil, os meios de comunicação passaram a integrar mais as vivências indígenas desde o final do século XX, apesar de não haver dados sobre a quantidade de rádios, web rádios ou podcasts que são produzidos no país. Houve uma expansão das mídias indígenas, sobretudo devido ao barateamento dos equipamentos usados, concomitante ao surgimento de novas conexões via satélite para as áreas mais distantes. Segundo Figueiredo (2015):

[...] muitas vezes os antropólogos e jornalistas eram os mediadores fundamentais na introdução das novas tecnologias. Esses trabalhos enfocavam a mídia enquanto produto cultural, processo social e arena de luta política, e conectavam o estudo da mídia a discussões sobre raça, etnicidade, processos simbólicos e políticas estatais (FIGUEIREDO, 2015, p. 46).

É sabido que o território brasileiro foi consolidado a partir das teorias da modernidade e colonialidade do poder e do saber, como indica Porto-Gonçalves (2003), sendo que os conflitos e massacres aos povos indígenas parte evidente desse processo. Apesar de o reconhecimento dos povos indígenas estar previsto em Lei, assim como o respeito aos seus modos de fazer, há uma invisibilidade aos olhos da sociedade.

Ao compreender as dimensões do território, há a problemática dos discursos proferidos contra esses indivíduos que ali se inserem, pois leva em conta conflitos gerados pelo agronegócio, mineração e multinacionais, visando principalmente a usurpação desses espaços sagrados. É comum estar estampado em matérias jornalísticas, sites e programas de rádios, comentários ofensivos aos povos e comunidades tradicionais. Segundo Barros (2005), o discurso é entendido tanto como um objeto de significação quanto uma forma de comunicação cultural entre as pessoas, complementando que:

[...] a avaliação do texto como ‘objeto de comunicação’ implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. [...] Ainda com relação à sua análise externa, o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do

autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos (BARROS, 2005, p. 132).

Em suma, não são apenas os discursos midiáticos hegemônicos que a comunicação popular visa combater, além disso, ela tenta visibilizar as experiências comunitárias atreladas ao território. Assim, é a partir dessas relações de conflito e de poder que se reafirmam as (re)produções da vida cotidiana, a partir de diferentes visões de mundo e ideias de cultura (SERPA, 2011). Segundo o referido autor:

Ao se apropriarem dos meios de comunicação e atuarem em seus respectivos contextos espaciais, esses grupos e iniciativas enunciam lugares através de um conjunto de táticas que subvertem as estratégias hegemônicas de produção do espaço, evidenciando o lugar não como algo dado, mas sim como algo dinâmico e processual: algo que se constrói a partir das diferentes trajetórias temporo-espaciais dos agentes produtores do espaço (SERPA, 2011, p. 37).

PERSPECTIVAS DE UM COMUNICADOR INDÍGENA

Para corroborar com a literatura e as metodologias de construção de uma comunicação autônoma, entrevistou-se, a partir de questionário semiestruturado, em junho de 2020, um dos fundadores da Rede de Comunicadores Indígenas Wayuri. Conforme apontam Matos e Pessoa (2009), esse tipo de entrevista consiste na interação entre conteúdo aberto e fechado, dando a possibilidade de que o informante discorra mais espontaneamente sobre os assuntos discutidos.

De acordo com R. [abreviação do nome do entrevistado], a Rede surgiu como uma demanda da FOIRN, a partir das eleições municipais de 2016. O momento político em que se vivia era de muitos ataques aos povos indígenas, como ainda é visto até os dias atuais, com discursos de que eles atrapalhavam o congresso nacional e o desenvolvimento do país.

Ressalta-se que, a partir de um diagnóstico feito nas comunidades, descobriu-se que a maioria dos indígenas tinha como única fonte de informação as notícias veiculadas pela grande mídia. Com isso, as próprias lideranças da região do Rio Negro acreditavam que deveria ser criado um meio para a divulgação das atividades que aconteciam na região, sendo que a ideia inicial consistia na produção de um boletim informativo impresso.

Ao pensar um meio de comunicação alternativo e que chegasse às comunidades, imaginou-se que seria necessário utilizar equipamentos usuais como aparelhos celulares para disseminar a informação, pois em

praticamente todas as comunidades há ao menos um jovem ou adulto que possua telefone. Dessa forma o uso desses aparelhos se tornou importante ferramenta para a produção e disseminação de conteúdo.

Segundo R. um dos objetivos da Rede é estar presente em todas as comunidades, mas há um agravante relacionado ao alto custo logístico para se chegar a algumas regiões amazônicas mais afastadas. Concomitante a essa problemática, inserem-se questões voltadas às telecomunicações, pois não são todos os comunicadores que possuem internet em suas comunidades. Uma alternativa para as Terras Indígenas com baixa conexão ou que se encontram geograficamente distantes, tem sido a instalação de rádios postes ou radiofonia através de ondas eletromagnéticas, pois através delas são divulgadas as notícias. Segundo o entrevistado, isso aconteceu na comunidade de Itaracoá, pelo povo Tukano, possibilitando que o boletim Wauyri pudesse ser reproduzido para a comunidade, de maneira a alcançar ainda mais pessoas.

O principal objetivo da Rede de Comunicadores, de acordo com o indígena, é de levar as notícias de dentro das Terras Indígenas para outros povos, de forma que não chegue somente a eles as notícias do resto do mundo ocidental, mas também de suas vivências. Dessa forma, busca-se combater parte das mentiras e inverdades contadas pela grande mídia e que acabam sendo vistas como verídicas. Além disso, a experiência de produção do boletim Wayuri é uma forma de existência, de comunicar, valorizar a cultura e, principalmente as línguas do Rio Negro, pois há comunicadores que não falam mais o idioma nativo, sendo o resgate linguístico de extrema importância. Há também a relevância em compartilhar com os ouvintes questões sobre os direitos dos povos originários, assim como divulgar as conquistas que ocorrem ao longo do tempo, pois há muita mobilização política visando melhorias sociais.

Por fim, para contextualizar o momento vivido de pandemia por conta do COVID-19, houve um momento crítico em que todos os comunicadores e comunicadoras tiveram que entrar em isolamento por conta das contaminações que estavam acontecendo. Sendo o retorno à produção coletiva algo gradual, de forma que houve uma reorganização dos boletins e conteúdos feitos pela Rede, tendo grande produção de material sobre cuidados e medidas protetivas contra o coronavírus, assim como entrevistas com pessoas da área da saúde e relatos dos indígenas sobre a realidade pandêmica nas suas aldeias.

SISTEMATIZANDO E ESPACIALIZANDO OS ÁUDIOS

No contexto indígena é muito importante garantir o respeito aos modos de vida que são traçados e descobertos durante a pesquisa acadêmica.

Ao trabalhar com uma investigação indígena é importante respeitar os espaços compostos e idealizados por esses indivíduos (SMITH, 2008). Sendo assim, não poderia ser diferente que a metodologia fosse construída a partir de um compromisso com os sujeitos, para além da visão de pesquisador-objeto, sendo que a pesquisa partiu de uma relação já existente com integrantes da Rede de Comunicadores Wayuri, possibilitando diálogo e troca de saberes.

A partir de uma análise bibliográfica foram levantados trabalhos, teses, dissertações e artigos já publicados na área de Comunicação, Geografia e Antropologia que auxiliaram no processo da construção da postura investigativa e delimitação da área de estudo. De acordo com Scribano (2011), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo identificar trabalhos relacionados ao tema de forma específica, teórica e metodológica para construção e sistematização da revisão de literatura. Assim definiram-se as estratégias que tornaram possível a proposta de espacialização e mapeamento dos conteúdos de áudio, tendo como base etapas de cunho qualitativo e quantitativo.

Inicialmente, foram ouvidos todos os 12 podcasts produzidos no primeiro ano de existência da Rede Wayuri, no período que compreende novembro de 2017 a dezembro de 2018, disponíveis na SoundCloud. Os diversos contextos vividos no médio e alto Rio Negro se tornaram mais evidentes a partir da sistematização realizada, sendo os contextos vividos debatidos diante de diversas perspectivas, que podem ser encontrados no podcast. Dentro da territorialidade da comunicação, foram citadas ao menos 22 localidades que abrangem Terras Indígenas, distritos, municípios e regiões específicas como bacias hidrográficas, outros estados e até mesmo o contexto nacional.

Nesse processo de escuta ativa, foi feito o planilhamento de todo o conteúdo que estava sendo discutido em cada programa, dando valor a algumas informações que seriam usadas posteriormente na espacialização e análise de dados, tais como:

- Informações gerais do programa (número da edição, locutores principais, data de divulgação, etc.);
- Temas e assuntos debatidos pelos comunicadores;
- Localidade dos temas tratados (município, Terra Indígena ou país);
- Nome e etnia dos comunicadores e comunicadoras participantes de cada programa;
- Etnias abrangidas;
- Línguas indígenas ou não indígenas faladas;
- E, por fim, a caracterização qualitativa do *status* de cada tema, ou seja, se esses assuntos eram bons, regulares ou ruins para a comunidade.

Para exemplificar este último ponto, que trata acerca do status das temáticas, a qualidade de cada tema abordado levou em conta, principalmente, a visão dos próprios comunidades sobre o que estava sendo falado. Por exemplo, quando uma escola indígena foi aberta, era algo benéfico à comunidade. Se houve um período de surto de malária, se enquadrava como algo negativo. O que foi enquadrado como regular, estava ligado diretamente a temas com maior dificuldade de compreensão se eram “bons” ou “ruins”, usualmente se tratando de informes à população, tais como mudança na coordenação de órgãos públicos.

Com os resultados obtidos, que serão discutidos a seguir, foi realizada a análise geoespacial a partir de softwares de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), assim como houve o uso do ambiente estatístico R para consolidação dos dados e gráficos.

CONHECENDO E DISCUTINDO OS DADOS DO BOLETIM WAYURI: TEMAS E STATUS ABORDADOS

A partir dos conteúdos produzidos e falados nos programas houve o agrupamento em treze grandes temas, sendo eles: *Comunicação* (relacionado às atividades diretas da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro); *Cultura* (pertinente às atividades de dança, rezo, artesanato, música e gastronomia); *Educação* (envolvendo a educação escolar indígena); *Eventos* (sendo aqueles produzidos por indígenas ou que houve participação dos mesmos); *Formação* (referente aos cursos, oficinas e espaços formativos nas comunidades); *Gestão Territorial* (relacionado às ações do Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) e gestão do turismo comunitário nas Terras Indígenas); *Juventude* (englobando as atividades compostas essencialmente por jovens ou pensadas para a juventude); *Malária* (retratando o surto de malária de 2018); *Meio Ambiente* (inerente às ações ambientais dentro dos territórios indígenas que não se encaixavam em Gestão Territorial, tais como as cheias e secas da região do Rio Negro); *Mulheres* (referente à saúde das mulheres indígenas, feiras de artesanato e formação feitas por/para mulheres); *Saúde* (para os assuntos gerais de saúde indígena); *Turismo* (relativo ao turismo de base comunitária e ecoturismo nas Terras Indígenas); e por fim, *Demais Temas* (para o que estava disperso em relação aos temas já pré-estabelecidos).

Há uma diversidade mostrada nas temáticas abordadas no médio e alto Rio Negro, mostrando uma profunda realidade às vivências indígenas. Percebeu-se que ao todo, estes temas foram citados 160 vezes, em diversos contextos, durante o período de tempo estudado, sendo a frequência apresentada na Tabela 1:

Tabela 1: Frequência de temas no boletim Wayuri

Tema	Frequência
Gestão Territorial	25
Formação	19
Saúde	19
Cultura	18
Mulheres	14
Evento	14
Malária	12
Demais temas	11
Juventude	9
Educação	6
Meio Ambiente	5
Comunicação	4
Turismo	4

Fonte: Produzido pela autora (2020).

Nota-se que as questões relacionadas a *gestão territorial* estiveram em voga entre os povos indígenas da região, ao menos no período entre 2017 e 2018, mostrando que há uma preocupação de informar às comunidades os processos territoriais que ali ocorrem.

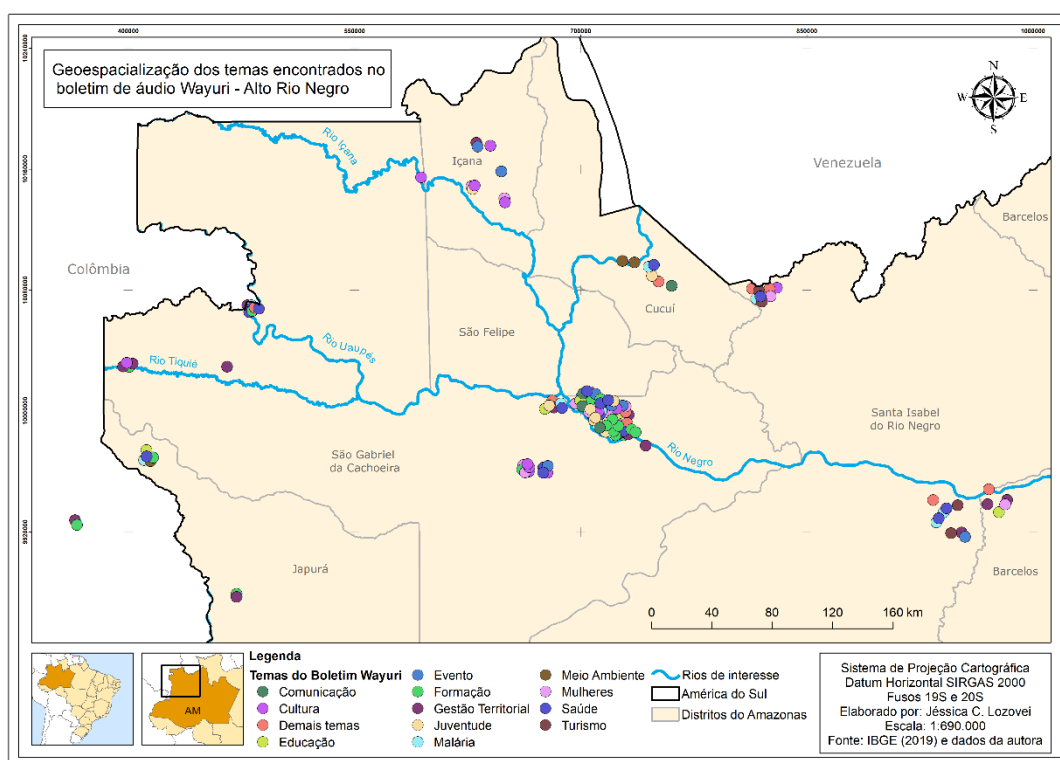
Pensar em gestão territorial é pensar na gerência plena de um território em todos os aspectos que o constitui: sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos. É pensar e viabilizar a destinação dos espaços para os diferentes usos; é manejar os ecossistemas a partir de conhecimentos específicos; é proteger as aldeias; é manifestar as tradições, é realizar os rituais; é a concepção cosmológica do espaço, das relações políticas e de parentesco (CARDOSO; PINHEIRO, 2012, p. 11).

Ademais, as ações voltadas para a *formação* se mostraram como segundo fator de importância, junto à *saúde indígena*, principalmente quando há uma correlação com a prevenção contra a *malária*. É necessário levar em consideração que há diversos surtos da doença na região, havendo uma necessidade de informar a população sobre os cuidados necessários quanto aos cuidados a se tomar.

A temática das *mulheres indígenas* é abordada desde a perspectiva dos espaços coletivos em que elas estão inseridas, como as casas de cultura e artesanato. São realizadas diversas feiras para divulgar o que é produzido comercialmente na região, desde a perspectiva do protagonismo feminino. Essas ações se são elemento fundamental na autonomia dessas mulheres, que se fortalecem através dos laços em comum e, também, revigoram suas ancestralidades.

Abaixo está a espacialização dos temas a partir das suas localidades:

Figura 1: Espacialização dos temas encontrados



Fonte: Produzido pela autora (2020).

É perceptível que na região do Içana os principais assuntos tratados são relacionados à *cultura*. Ao mesmo tempo, a maior parte das atividades formativas acontece em São Gabriel da Cachoeira, que também concentra a maior parte de abrangência dos assuntos tratados. Isso se deve, possivelmente, ao acesso dos indígenas à cidade. Além disso, a temática da *gestão territorial* possui maior dimensão em Barcelos, Cucuí, Japurá e no Rio Tiquié.

A nuvem de palavras, a seguir, demonstra os temas a partir da representação gráfica das cores e tamanhos das palavras. A classificação, a partir do status de *bom* (em azul), *regular* (em amarelo) ou *ruim* (em

vermelho), teve as seguintes porcentagens, respectivamente 76,04%, 6,25% e 17,71%.

Figura 2: Nuvem de palavras com a representação de frequência de temas e sua classificação quanto a bom, regular ou ruim



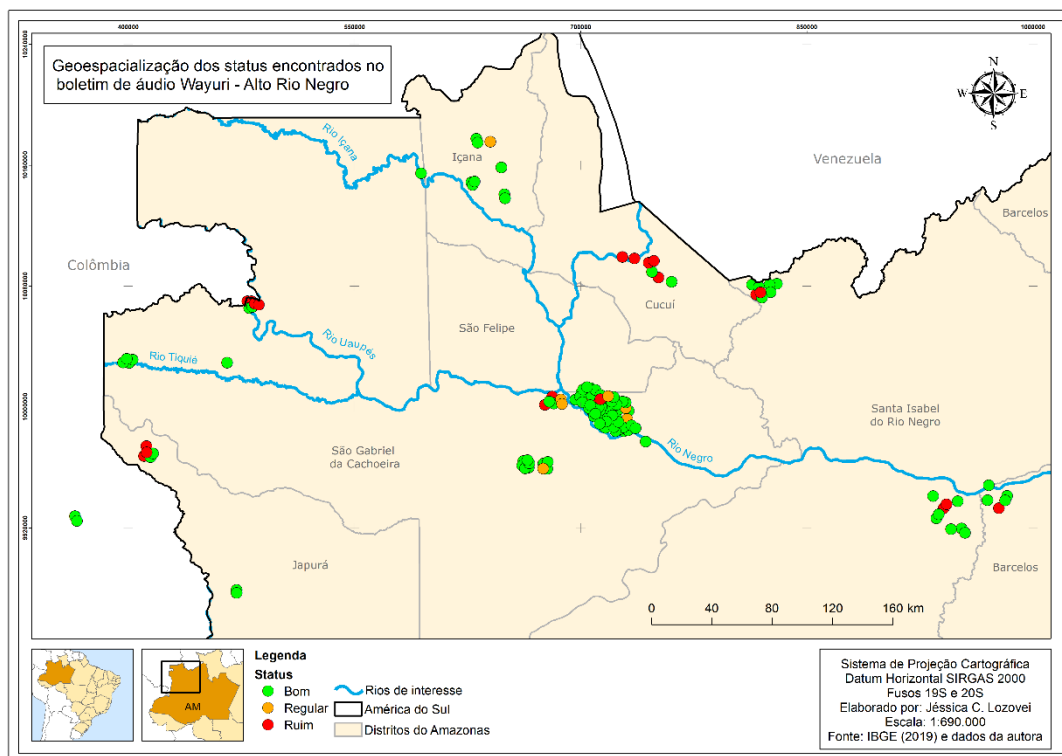
Fonte: Produzido pela autora (2020).

Aqui mostra-se que *saúde* foi o tema que mais teve status “ruim” ao longo dos programas, com frequência de 7 vezes, seguido por *malária* (6), *demais temas* (4), *meio ambiente* (3) e *gestão territorial* (1). Em relação à classificação “regular”, todos os temas apresentaram frequência menor do que 3. Na classificação “bom” mostram-se os seguintes dados: *gestão territorial* (24), seguido por *formação* (24), *cultura* (17), *evento* (14), *mulheres* (14), *saúde* (9) e *juventude* (9).

É notável uma prevalência de assuntos positivos durante todos os programas, principalmente no que se refere à gestão territorial, mostrando a importância das ações em relação ao tema. Em relação às mulheres destaca-se que não houve nenhum conteúdo negativo quanto às suas vivências, evidenciando as mulheres indígenas nos seus povos e territórios, à luz da representatividade nos espaços de cultura e tomadas de decisão.

A espacialização desse status (Figura 3) evidencia na região de Cucuí a prevalência de temas ruins, apesar de não ser possível afirmar o motivo da ocorrência. No Tiquié ocorre o contrário, não havendo nenhuma evidência de temas ruins tratados no podcasts, assim como em Içana, Japurá e no sul de São Gabriel da Cachoeira.

Figura 3: Espacialização dos status dos temas



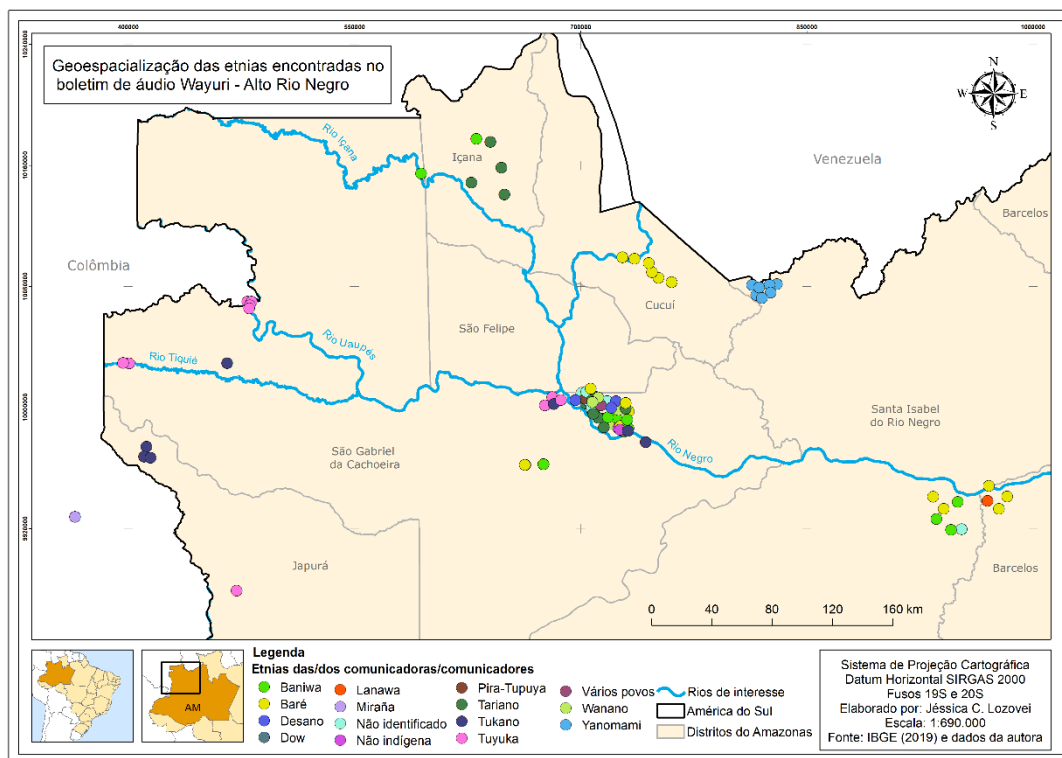
Fonte: Produzido pela autora (2020).

COMUNICADORAS E COMUNICADORES: ETNIAS E LÍNGUAS

Ao todo participaram das doze edições do podcasts 40 comunicadoras e comunicadores de diversas etnias do Brasil e da América Latina, totalizando 26 homens e 14 mulheres. Algo que foi percebido e debatido durante a entrevista com R. é que há diversas práticas visando à equidade de gênero dentro da Rede de Comunicadores, mas como ainda há certa dissonância, os integrantes estão sempre em busca de melhorias.

A etnia dos correspondentes foi também um ponto-chave da pesquisa, pois visa compreender quais são os povos que estão inseridos nessa experiência de comunicação. Em São Gabriel da Cachoeira há cerca de 22 etnias indígenas (ISA e FOIRN, 2005), sendo que desse total, 12 delas foram representadas no boletim Wayuri através de seus comunicadores e comunicadoras, totalizando 52,17% dos povos da região. Sobre as etnias dos correspondentes, foram verificadas as seguintes: *Baré* (19), *Tariano* (16), *Baniwa* (13), *Tuyuka* (10), *Wanano* (9), *Yanomami* (7), *Tukano* (7), *Desano* (4), *Dow* (1), *Lanawa* (1), *Miraña* (1), *Pira Tupuya* (1), além de outras etnias não identificadas ou pessoas não indígenas (incluindo brasileiros e estrangeiros). Esses dados são apresentados a partir da Figura 4.

Figura 4: Espacialização das etnias dos comunicadores e comunicadoras

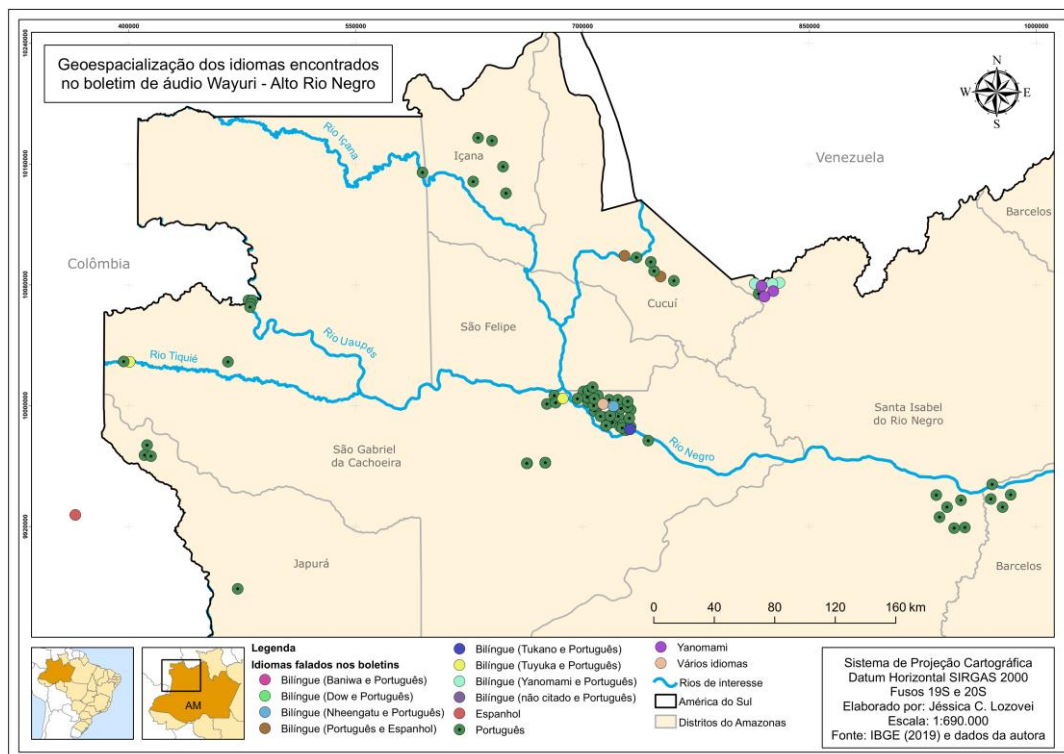


Fonte: Produzido pela autora (2020).

Há algumas etnias que possuem maior homogeneidade na sua representação dentro da Rede de Comunicadores, devido justamente à localização geográfica das terras indígenas que são oriundas. A exemplo, os indígenas Yanomami, que todos são pertencentes à Terra Indígena situada nas proximidades da divisa com a Venezuela. Da mesma maneira, em Cucuí, somente há comunicadores da etnia Baré, assim como a Noroeste de Japurá há uma maioria de indígenas Tukano. No município de Içana, há participação de indígenas Tariano e Baniwa, sendo que em Barcelos, e no centro urbano de São Gabriel da Cachoeira, a heterogeneidade de povos é maior.

Por haver maior representatividade do povo Baré entre os comunicadores e comunicadoras, poderia se imaginar que haveria uma relação direta com o idioma falado nos podcasts. Porém, de acordo com os dados obtidos, assim como citado pelo integrante R. em entrevista, poucos jovens dessa etnia falam no seu idioma. Ao todo foram identificadas 6 línguas indígenas ao longo dos programas, sendo elas *Yanomami*, *Dow*, *Baniwa*, *Nhengatu*, *Tukano* e *Tuyuka*, além de outros idiomas não especificados, espanhol e português.

Figura 5: Espacialização dos idiomas dos comunicadores e comunicadoras



Fonte: Produzido pela autora (2020).

De acordo com o Atlas Mundial das Línguas em Perigo (Atlas of the World's Languages in Danger) produzido pela UNESCO, há 190 delas no Brasil que estão em perigo de extinção, das 274 existentes (IBGE, 2019). Com esses dados é possível visualizar a baixa diversidade de falantes das línguas indígenas na região do Alto Rio Negro, corroborando as pesquisas que já são produzidas sobre o assunto.

Durante o período estudado notou-se uma predominância do português durante a programação, tendo uma frequência de 79 vezes. Apesar disso, constatou-se um uso grande de bilinguismo em diversas notícias, para abranger tanto os indígenas que falam os seus idiomas quanto aqueles que possuem pouco conhecimento sobre sua língua materna. E, por fim, enfatiza-se que na Terra Indígena Yanomami, a comunicadora da região sempre usou o idioma Yanomami para apresentar as notícias da região, o que é muito importante para o fortalecimento da língua.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É importante frisar, uma vez mais, que todo o conteúdo inserido aqui foi discutido e apresentado anteriormente com integrantes da Rede de Comunicadores Wayuri, visando diminuir o impacto que há entre pesquisador e sujeito, assim como respeitar o tempo e espaço das pessoas que estão envolvidas no processo. Além disso, a metodologia construída aqui pode ser aplicada em outros trabalhos para auxiliar na quantificação e espacialização de dados de comunicação, permitindo uma visão geográfica desses processos, mostrando quais as principais pautas dentro desses espaços, além disso, podendo gerar novas discussões em tais pesquisas. Há certa relevância em registrar o reconhecimento de seus próprios territórios, na tentativa de contribuir com epistemologias decoloniais, ou na construção de um instrumento de luta. Existe também uma transformação e emancipação dos sujeitos a partir da comunicação, em diversas escalas, tecendo possibilidades de diferentes práticas, teorias e ações políticas que aspirem à transformação do coletivo.

Alguns pontos possuem destaque ao olhar a abrangência da pesquisa realizada, desde a concepção do que é uma comunicação popular e comunitária para os indígenas, perpassando por questionamentos relacionados à importância do seu uso nas comunidades e à compreensão da sua abrangência nos territórios. A partir dos boletins é possível visualizar que a preocupação com a gestão territorial se torna primordial, levando informações aos povos mais distantes e tentando abarcar o máximo de pessoas.

Ademais, a participação das mulheres tem sido fundamental nos processos territoriais na região do Rio Negro, pois demonstra suas diversas resistências e existências a partir das suas ações. Na mesma linha, ressalta-se a importância das atividades desenvolvidas pelos jovens, pois é a partir da inserção deles nos processos formativos e comunicativos que se busca fazer um fortalecimento e resgate cultural. Nota-se, nos temas abordados, dificuldades maiores que tangem o acesso à saúde e resoluções quanto à problemática da malária na região, sendo dever do Estado dar qualidade sanitária para os indígenas, evidenciando que uma melhoria caminha a passos lentos.

Quanto ao boletim Wayuri, é visível que ele se põe como uma importante ferramenta de resistência e existência, mostrando como os povos do Noroeste Amazonense mantêm as suas culturas, costumes e vivências, e, para além disso, falando do povo para o povo. É uma forma de disseminação de conteúdo, principalmente por resgatar os idiomas dos indígenas, que é também o público-alvo.

A Rede Wayuri continua sendo fortalecida para o propósito de chegar aos indígenas da Rio Negro. Compreende-se que existem dificuldades ao se fazer comunicação, questões que abarcam a conjuntura política nacional, falta de conectividade, acesso à informação e logística, mas, nem sempre, são impeditivos para que as redes comunitárias se consolidem.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. *Saeculum - Revista de História*, n. 12, p. 132, João Pessoa: UFPB, 2005.
- CARDOSO, T. M.; PINHEIRO, M. B. (Org.). *Araguaiksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: FUNAI, UNESCO, 2012.
- COUTINHO, I.; MARINO, C. Ambiente digital como possibilidade para o exercício da contra hegemonia: Jornalistas livres, transmissões ao vivo e #GreveGeral. *Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 30-52, jan./jun., 2017.
- CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social, terra e território*. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- FEDEL, A. de S. *Liberdades reverberadas e a composição espacial das rádios livres: uma transmissão dialógica*. 80 f. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.
- FIGUEIREDO, G. G. de. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 432 f. Tese (Doutorado) – Curso de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 19-29, jan./abr., 2017.
- GIANNOTTI, C. S. O que é Comunicação Popular? In: GIANNOTTI, Claudia Santiago. *Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje: Uma história de resistência nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: NPC, 2016. Cap. 1. p. 23-41.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IBGE. **Censo de 2019**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ISA; FOIRN. **Pesquisa perfil São Gabriel**. Levantamento socioeconômico, demográfico e sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM): relatório técnico. São Gabriel da Cachoeira, 2005.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do bem viver**, 2021. Disponível em: <<http://www.culturadobemviver.org/>>. Acesso em 10 de jun de 2021.

LEETRA. **Voz Indígena - programa radiofônico**, 2017 (primeiro semestre), 2017. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso 27 mar. 2021.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 322. Brasília: DAN/UnB, 2002.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, p. 279-291. 2009.

MONTEIRO, A. M. V. **Revolução das palavras: Movimento Zapatista e rádios indígenas do México**. 2009. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PODCAST WAYURI. Disponível em: <<https://soundcloud.com/wayuri-audio>>. Acesso em: 10 mai 2020.

PORTO, H. T. Culturas indígenas midiáticas: Um estudo de caso em Comunicação. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXVI, n. 83, 2016. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/culturas-indigenas-midiaticas-um-estudo-de-caso-em-comunicacao>>. Acesso em: 15 de jun. 2021.

SCRIBANO, A. El proceso metodológico de la investigación cuantitativa. In: _____ . **El proceso de investigación social cualitativa**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. p.23-55.

SERPA, A. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**. London: Zed Books. 2008. p. 209.

TEGANTAI, B. G. Comunicación comunitaria. Reflexiones a propósito de lo que sigue en tiempos del despojo (y muerte). In: TEGANTAI, B. G.; NARANJO, A.; CALLE, A. **Tejiendo Comunicación, tejiendo resistencias**. Quito: Agencia de Noticias Ecologistas Tegantai, 2018.

UNESCO. **Atlas of the World's Languages in Danger**. Vozes, 2008. Disponível em: <<http://www.unesco.org/languages-atlas/>>. Acesso em: 13 jul. 2021.